

Investigação sociológica no campo da saúde: agendas, prioridades e redes

Noémia Lopes*

Abstract

This text is an introduction to the sociological research on health subject, which integrates the issues raised by the papers presented under this topic at the Sociology of Health National Meeting.

The aim is to identify some of the opportunities, tensions and difficulties currently facing the development of scientific research, and look at this picture from the specific point of view of the sociological research in the field of health in Portugal.

Resumo

O presente texto faz uma introdução ao domínio temático em epígrafe, onde integra as questões suscitadas pelas comunicações apresentadas sobre este tema no Encontro Nacional de Sociologia da Saúde, incluindo nelas as reflexões da própria redactora. Pretende-se assim sinalizar algumas das oportunidades, tensões e dificuldades que actualmente se colocam ao desenvolvimento da investigação científica, e olhar a partir desse quadro as especificidades da investigação sociológica no campo da saúde em Portugal.

Em matéria de investigação científica, a internacionalização das agendas temáticas, a integração em redes internacionais de investigação, e a publicação em revistas internacionais, constituem hoje os três *pontos de pressão* sobre as comunidades científicas em geral, aos quais a investigação no âmbito da sociologia da saúde em Portugal não está imune.

Sem dúvida, tais pontos de pressão constituem uma marca dos requisitos da globalização no domínio da produção do conhecimento científico e das suas formas de difusão e, nesta medida, constituem também um quadro de novos desafios, cada vez mais incontornáveis, para as comunidades científicas nacionais. Acresce que, corresponder a estes desafios, tornou-se *a condição* primeira para gerar aquilo que actualmente passou a constituir-se no *valor acrescentado* do trabalho de investigação, e

* Socióloga, Doutorada pelo ISCTE-IUL, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa. Professora Associada do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz e da Escola Superior de Saúde Egas Moniz; Endereço electrónico: nlopes@egasmoniz.edu.pt

que é a visibilidade pública e social dos resultados e do conhecimento produzido. Porém, este novo cenário tem evidenciado uma paradoxal descontinuidade nos países da periferia da produção científica, e designadamente em Portugal, entre, por um lado, os requisitos da globalização em matéria de institucionalização da investigação – entenda-se, os critérios usados pelos avaliadores internacionais para financiamento de projectos e centros de investigação – e, por outro lado, as condições nacionais concretas de produção científica, marcadas por específicos *localismos*. Tais *localismos* revelam-se não apenas nas condições organizacionais, financeiras e de integração institucional da investigação, como também nas prioridades e especificidades temáticas nacionais e nas suas (necessárias) descoincidências relativamente às agendas das comunidades científicas liderantes no plano internacional. No caso concreto da investigação sociológica em Portugal, estas descontinuidades entre requisitos da globalização e as condições reais de produção na sua matriz local têm sido objecto de uma atenta reflexão nos últimos anos (Hespanha, 1996; Fortuna, 2008; Machado, 2009)¹. Dessas mesmas descontinuidades, e do modo como se têm revelado no campo da sociologia da saúde, foi dado conta nas intervenções da mesa temática aqui em referência.

No que respeita à produção científica de investigação no domínio da sociologia da saúde, tem sido patente o seu aumento na última década – *vide* a evolução quantitativa de projectos nesta área nos Centros de Investigação, tal como nas bases de dados da FCT -, o que não deixa de ser fruto da progressiva disseminação curricular da sociologia da saúde nos cursos de sociologia, bem como da atenção pública que passou a recair sobre as práticas sociais de saúde e doença. Porém, como salienta L. Ferreira da Silva (2011), num dos textos inseridos adiante - e como já o referia Hespanha, em 1996, para a investigação sociológica em geral - a investigação sociológica no campo da saúde, em Portugal, é uma investigação de pendor predominantemente académico, e em geral individual e auto-proposta, e portanto com uma ancoragem organizacional particularmente frágil. Com efeito, pode constatar-se essa vulnerabilidade organizacional quando se atenta na ausência de linhas de investigação próprias para o domínio da saúde na generalidade dos Centros de Investigação, designadamente

¹ Para uma resenha bastante completa sobre as contingências, desafios e lógicas de evolução da investigação sociológica em Portugal, recomenda-se a consulta do nº 20 da revista *Sociologia Problemas e Práticas* (1996), integralmente dedicada ao tema em questão.

naqueles que, tanto pela sua dimensão como pela sua institucionalização e produção científica, representam centros de excelência. Como bem o sublinharam, já em contexto de debate, tanto Hespanha como Ferreira da Silva, tal debilidade organizacional tem perdurado pelo facto de a sociologia da saúde - mais do que outras áreas de especialização temática - se encontrar num estado de expectação periférica relativamente ao sistema de saúde, e que se torna patente no facto de a encomenda de estudos públicos e/ou privados permanecer baixíssima. Ainda assim, é de notar que começa a chegar aos Centros de Investigação alguma procura, com certa regularidade, de estudos sociológicos encomendados tanto por instituições públicas como privadas de saúde.

É neste contexto que a sociologia da saúde em Portugal se vem defrontando com os requisitos da globalização em matéria de produção científica e investigação. Desses requisitos, a integração em Redes Internacionais e a participação nas Agendas Internacionais de investigação são hoje um desafio, e um espaço de oportunidades, para a visibilidade e difusão do trabalho dos investigadores e equipas de investigação situados nas periferias dos mapas da liderança científica internacional. A este propósito valerá a pena referenciar o manifesto recentemente elaborado pela ESA (2010) – com o fim de contestar a eventual redução da quota de financiamento europeu para as ciências sociais -, e no qual chama a atenção para a importância da pertença a redes de investigação, designadamente pela visibilidade social que estas permitem dar aos problemas comuns entre os diversos parceiros e por permitirem juntar os sociólogos à comunidade científica mais alargada.

Contudo, a questão da internacionalização da investigação, se encarada pela via única da subordinação à lógica das redes e das agendas internacionais, poderá ser, no plano estrito da produção científica, pouco apelativa e, mesmo, socialmente improdutiva. Esta ressalva é inspirada pela crítica que a pressão das agendas internacionais de investigação começa a suscitar. Tais agendas pautam não só os campos temáticos, como, não raro, pautam uma certa forma de fazer sociologia, com um forte pendor instrumental; elas globalizam e esvaziam de oportunidade as temáticas que não comportam relevância para os países do centro e, nessa medida, reduzem substancialmente a diversificação temática da investigação. Os efeitos da globalização temática não são apenas os de retirar da agenda internacional as temáticas específicas

das periferias, mas também de as retirar dos interesses dos investigadores nacionais; como referiu Hespanha (1996), produz-se um efeito de imitação relativamente às novas temáticas da sociologia mundial pós-moderna.

Valerá a pena recordar que esta tentação hegemónica de uma *ciência liderada ao centro* é já uma questão antiga, historicamente manifesta na divisão do trabalho científico entre países do centro e da periferia (Fortuna, 2008); tradicionalmente os do centro tendem a assegurar a *produção teórica*, bem como os estudos comparativos e extensivos, e os da periferia fornecem a *evidência empírica* funcionando como estudos de caso que reactualizam e confirmam os modelos teóricos produzidos no centro. Contudo, é de admitir que a actual mobilidade científica – e designadamente as redes – se constitua num mecanismo corrosivo para as tradicionais dicotomias na divisão do trabalho científico, atendendo aos intercâmbios teóricos e empíricos que a própria mobilidade inscreve. Em todo o caso, tal não invalida que a reconfiguração da produção científica esteja a ocorrer num quadro de globalização temática, como atrás referido, e porventura a reforçá-lo.

Uma outra questão, estreitamente conexa com os actuais desafios da investigação e com a difusão dos seus resultados, prende-se com o requisito da publicação, e sobretudo da publicação em revistas internacionais. Por certo que a publicação deve constituir, e há muito que assim vem sendo, uma das obrigações inscritas na cultura científica dos investigadores; os canais privilegiados para o fazer é que merecem alguma reflexão crítica, sobretudo no que respeita à forte ênfase na publicação internacional e, designadamente, à concepção algo hegemónica daquilo que é considerado internacional, e que tende a fechar-se sobre as publicações anglo-saxónicas. O texto de Tiago Correia, incluído nesta publicação, relembra, oportunamente, o carácter relacional das categorias classificatórias de *nacional* e *internacional*, sublinhando o artificialismo que alimenta o elo consagrado entre publicação internacional e publicação anglo-saxónica; ao mesmo tempo que dá conta dos complexos mecanismos que regulam e determinam as possibilidades de publicação internacional.

Não obstante o interesse que deverá ser mantido em torno da publicação em revistas internacionalizadas, e justamente pela sua importância na difusão do trabalho científico, os actuais mecanismos de regulação da publicação nestas revistas requerem decerto alguma reflexão e reacção crítica, no sentido de defender uma mais efectiva

representação da produção científica internacional. Para os investigadores e centros de investigação geograficamente descentrados da liderança científica, a dificuldade de publicação em revistas internacionalizadas passa frequentemente pela questão dos temas e da maior ou menor relevância internacional da sua contextualidade e especificidade empírica. Tal facto acaba por tornar evidente a importância de não descurar a publicação em revistas nacionais; entre outras razões, porque são essas revistas que privilegiadamente podem assegurar a divulgação das especificidades empíricas locais e, designadamente, as especificidades locais dos fenómenos globais. Não se trata aqui de camuflar e alimentar uma nova divisão do trabalho em termos de publicação, com o alegre beneplácito dos investigadores, mas antes de diversificar os canais de difusão científica disponíveis e as suas potencialidades. Dar visibilidade aos *localismos* é, porventura, uma das problemáticas que desafia cada vez mais a investigação sociológica, tanto mais que estes são uma das expressões da diversidade e complexidade do social. E, como sabemos, os *localismos* não são necessariamente exotismos socioculturais - com base nos quais, não raro, é atraída a atenção do centro -, mas sim contextualizações sociais e, designadamente, particularismos de fenómenos globais, que como qualquer facto social assumem especificidades, com efeitos e consequências específicas, de que compete aos sociólogos dar conta; e, particularismos, face aos quais importará não condescenderem na diluição da respectiva visibilidade, sob pena de ser prestado um mau serviço à ciência social e ao entendimento das transformações sociais em curso.

Concluindo, e recentrando no caso concreto da sociologia da saúde em Portugal, vale a pena reiterar que o seu desenvolvimento e visibilidade social se defronta actualmente com novos desafios, que representam oportunidades relevantes para repensar as próprias formas internas da investigação sociológica no campo da saúde. Talvez um dos aspectos prioritários passe por, paralelamente à inserção em redes internacionais, investir na criação de redes nacionais, ou reforçar e re-articular entre si as já existentes. Tais redes podem constituir uma das respostas necessárias para o reforço da produtividade científica, e designadamente para produzir visibilidade junto das entidades nacionais, públicas e privadas, sobre o trabalho dos sociólogos da saúde e sobre a *utilidade social* desse trabalho. A recente criação de uma secção de sociologia da saúde – no âmbito da Associação Portuguesa de Sociologia - poderá ter sido um dos meios de mobilização

organizacional, com efeitos frutíferos para a constituição e reforço de redes internas de investigação; e também para possibilitar uma investigação mais cumulativa, teoricamente reforçada, cujos resultados contribuam para uma *produção do conhecimento sociológico útil* (Fortuna, 2008). Acautelando algum excesso de pragmatismo no entendimento desta última asserção, vale a pena reiterar que a utilidade do conhecimento, no seu sentido imediato, não significa secundarizar a investigação fundamental/teórica, a qual deverá integrar com carácter permanente as agendas de investigação, e por cujo financiamento as instituições nacionais e internacionais deverão ser chamadas a responder.

Referências

- ESA (2010), *Manifesto*, European Sociological Association and National Associations.
- FORTUNA, Carlos (2008), “A internacionalização da sociologia: notas sobre a globalização e a disciplina sociológica” in A. Torres e L. Baptista (orgs.), *Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Porto, Afrontamento, pp. 83-94.
- MACHADO, Fernando Luís (2009), "Meio século de investigação sociológica em Portugal - uma interpretação empiricamente ilustrada", *Sociologia*, vol. 19, pp. 283-343.
- SMELSER, Neil J. (2003), “On Comparative Analysis, Interdisciplinarity and Internationalization in Sociology”, *International Sociology*, 18: 643-657.